

REUNIÃO NA QUARTA-FEIRA, MORADORES DE BENTO FERREIRA E OUTROS BAIRROS SE REÚNEM PARA DISCUTIR O QUE FAZER DIANTE DOS COMUNICADOS DA UNIÃO

Morador de Vitória reage à cobrança de taxa de marinha

Eles estão se sentindo coagidos por telegrama que fala das conseqüências de não quitar dívida

ELISANGELA BELLO
ebello@redgazeta.com.br

Moradores de Bento Ferreira e de outros bairros que são atingidos pela taxa de marinha vão se reunir na próxima quarta-feira, dia 24, para discutir o que fazer diante dos comunicados que eles estão

recebendo da União, falando sobre as conseqüências de não quitar a dívida.

Os telegramas começaram a ser recebidos em agosto, mas muitos moradores ficaram surpresos, já que esperavam que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) fosse aguardar o julgamento da ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), e que suspendia a cobrança nas ilhas costeiras que fossem sede de município, como é o caso de Vitória.

O procurador da república Carlos Fernando Mazzoco, autor da ação, também foi convidado para a reunião, de acordo com o presidente da

Associação de Moradores de Bento Ferreira, Evandro Fernandes da Cruz, para dar esclarecimentos sobre como agir diante das cobranças.

"As pessoas estão se sentindo coagidas com esse telegramas. Estamos convocando todos os moradores que pagam a taxa de marinha em todos os bair-

ros para participar. O boleto deste ano já chegou e muitas pessoas não sabem o que fazer, já que há esses processos tramitando, pedindo a suspensão da taxa," afirmou Cruz.

Além da ação movida pelo MPF, outros projetos de lei tramitam no Câmara dos Deputados, mas até agora ne-

nhum conseguiu por fim ao dilema vivido pelos moradores das regiões consideradas terreno de marinha.

Entre os projetos há pedidos de anistia dos juros e multas referentes ao foro (quando morador e União são "donos" do imóvel); pedidos de alteração da linha preamar (que define

quais territórios são pertencentes à União) e ainda pedidos de redução da taxa cobrada.

Cansados da situação, os moradores pensam até em fazer uma manifestação contra a cobrança no dia da reunião, que acontecerá no auditório do Hospital da Polícia Militar (HPM), às 19h.

IMÓVEIS

52 mil

Esse é o número de imóveis em terreno de marinha no Estado, registrados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Mais da metade deles está situada no município de Vitória, que tem cerca de 38 mil imóveis.

ENTENDA DE ONDE VEM A TAXA DE MARINHA

■ **Origem.** Os terrenos da União são identificados a partir da média das marés altas do ano de 1831, tomando como referência o estado da costa brasileira naquele ano

■ **Quem paga.** Com base na média de marés altas e baixas foi traçada uma linha imaginária que corta a costa brasileira. A partir dessa linha, no sentido do litoral brasi-

quiser

■ **Regime de Aforamento.** São terrenos em que o morador do imóvel passa a ter um domínio útil sobre o terreno de marinha. Em linhas gerais, a área fica "repartida" entre União e morador

■ As taxas

■ **1.** A taxa pelo uso do terreno é anual, paga em

quiser

■ **Origem.** Os terrenos da União são identificados a partir da média das marés altas do ano de 1831, tomando como referência o estado da costa brasileira naquele ano

■ **Quem paga.** Com base na média de marés altas e baixas foi traçada uma linha imaginária que corta a costa brasileira. A partir dessa linha, no sentido do litoral brasileiro, todo terreno que estiver a 33 metros de preamar média será considerado da União

■ **Contínente.** Também são de domínio da União terrenos que se formaram a partir da linha de preamar do ano de 1831 em direção ao continente, assim como os aterros, denominados acrescidos de marinha

■ **Tipos de terreno de marinha**
Nesses casos os terrenos são de posse desdobrada. Ou seja, a União é proprietária da área, como um todo, e ainda pode reivindicar o direito de uso do terreno quando

■ **Regime de Ocupação.** Nos dois casos - ocupação e foro - cobra-se, também, uma taxa na venda do imóvel: o laudêmio, que é calculado em clima de 5% do valor do imóvel

Falta de pagamento pode bloquear bens

Essa é uma das explicações que constam dos comunicados enviados pela União

- ◆ Nos comunicados enviados aos moradores de áreas consi-
- ◆ deradas terrenos de marinha, a União explica até que quem não quitar a dívida pode ter seus bens bloqueados.
- ◆ A taxa, reajustada em até 320% para moradores da Capital neste ano - em função do reajuste aplicado ao valor venal dos imóveis pela prefeitura -, pode ser dividida em até sete parcelas. Ainda assim, várias pessoas acabaram não pagando as primeiras parcelas e aguardavam a chegada das demais.

Na época em que os comunicados começaram a ser recebidos pelos moradores de Bento Ferreira, a gerência regional do Patrimônio da União informou que o procedimento era uma forma de "consentização" e que caso os moradores tivessem renda familiar de até cinco salários mínimos poderiam procurar a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) para pedir a isenção da taxa.

Neste ano, o debate em torno do pagamento ou não da taxa de marinha ganhou força após o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em Vitória. A GRPU usou os novos valores da planta genérica dos imóveis da Capital para reajustar a taxa de marinha.